



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 2 de março de 2012

JORNAL DO COMMERCIO CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO Frente & Perfil	2
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO Tiro no pé	3
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO Televisores	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Polêmica	5
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Follow-Up	6
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Meio século de conquistas, isso vale comemorações?	7
OPINIÃO	
AMAZONAS EM TEMPO NOKIA	8
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Indústria de LCD de deverá pagar imposto ao Estado	9
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Empresários sondam polo local para novos negócios	10
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Editorial	11
OPINIÃO	
DIÁRIO DO AMAZONAS Perda de R\$ 83 mi em ICMS leva governo a rever incentivo ao LCD	12
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS RETRAÇÃO	13
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS RÁPIDAS	14
ECONOMIA	

CAPA

Governo tem urgência em revogar ICMS de 100% para TVs de LCD

Em 2011, o Amazonas deixou de arrecadar R\$ 83 milhões de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) na produção de televisores LCD no PIM (Polo Industrial de Manaus), de

acordo com informações da Sefaz (Secretaria de Estado da Fazenda). A expectativa de que a produção das TVs de tela fina cresçam ainda mais este ano, aumenta a urgência por parte do governo estadual

em aprovar o Projeto de Lei nº 23/2012, que visa revogar o incentivo de 100% de ICMS sobre a produção do dispositivo de cristal líquido utilizado na fabricação do produto.

Página A5

Frente & Perfil

ERRAMOS

Com referência à matéria publicada na edição especial de aniversário da Suframa, “Realização de um empreendedor, visionário”, página L14, onde se lê 125 funcionários formais, sem falar nos informais, o termo correto e apropriado seria 125 funcionários diretos, sem falar nos indiretos.

Tiro no pé

Reginaldo Gonçalves

O aumento da alíquota do IPI, majorado em mais 30%, teve como objetivo minimizar as importações de veículos e estimular as empresas fornecedoras de peças. Na legislação, por sua vez, foi estabelecido que as montadoras brasileiras que utilizarem 65% dos insumos nacionais manteriam a alíquota sem a majoração. É claro que quando se efetuou

o estudo a maior parte das montadoras no país já estavam adequadas a essa situação e as que não estavam trataram de agir rapidamente.

Infelizmente, ficaram lacunas que podem gerar dúvidas sobre a aplicabilidade desta lei ou até mesmo quais situações poderão ser criadas para beneficiar ações de empresários para se aprovei-

tarem destes benefícios.

Impactou de forma negativa a situação da majoração do IPI no Mercosul. O mesmo benefício agora adotado no Brasil se ampliou para outros países – o México, inclusive, possui estes mesmos benefícios.

O fato é que o grande número de importações de carros dos países do Mercosul e do México começou a incomodar as montadoras brasileiras que, em operações triangulares com outros países, poderão exportar seus produtos para o Brasil sem

majoração. Com isso, o preço do produto importado fica mais barato que o nacional, estimulando os brasileiros a comprá-los.

Em virtude do aumento de importações de carros como, por exemplo, da Coreia do Sul, a presidente Dilma Rousseff e sua equipe, sob pressão das montadoras, já disseram que romperão o acordo automotivo com o México – um dos parceiros brasileiros – e que isso poderá se alastrar para a Argentina e, eventualmente, outros países do bloco.

Por falta de pulso, talvez, não se pensou nisso antes. Romper agora um acordo dessa natureza poderá gerar outros problemas, inclusive o Mercosul deixar de existir como bloco. Devem ser feitos acordos do “toma lá, dá cá”, ou seja, perde-se com veículos, mas procura-se exportar outros produ-

tos que compensem esta perda. Somente assim será evitada uma crise entre as nações do bloco e serão mantidos, de forma respeitosa, os acordos e convênios firmados, para que os países que têm potencial de mercado e negócios mais fracos possam sobreviver e ter sua soberania mantida.

REGINALDO GONÇALVES é coordenador de Ciências Contábeis da Faculdade Santa Marcelina.

Televisores

Mudança em regra traz insegurança

Governo envia projeto para deixar de renunciar a aproximadamente R\$ 80 milhões na arrecadação do ICMS

Juliana Geraldo

Em 2011, o Amazonas deixou de arrecadar R\$ 83 milhões de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre a produção de televisores LCD no PIM, de acordo com informações da Sefaz-AM (Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Amazonas).

A expectativa de que a produção das TVs de tela fina cresçam ainda mais este ano, aumenta a urgência por parte do governo estadual em aprovar o Projeto de Lei nº 23/2012, que visa revogar o incentivo de 100% de ICMS sobre a produção do dispositivo de cristal líquido utilizado na fabricação do produto.

Em 2010, o governo do Estado ofereceu incentivos como a isenção total de ICMS para os fabricantes que comprassem os dispositivos na Zona Franca de Manaus para desestimular a importação do insumo. "Na época, foi feito um estudo para verificar quanto de ICMS deixaria de ser arrecadado. Acontece que as vendas de televisores LCD superaram a expectativa e o governo se viu abrindo mão de uma fatia muito grande do imposto", explicou o presidente do Corecon-AM (Conselho Regional de Economia do Amazonas), Ailson Rezende.

A Sefaz-AM esclareceu que o projeto propõe a retirada do incentivo concedido pela Lei 3.494 de 2010 e autoriza que o benefício seja dado por decreto. Segundo a assessoria do órgão, se o projeto for aprovado, a isenção do imposto permanece somente para uma parcela da produção. Para o restante, de-



A expectativa de que a produção das TVs de tela fina cresçam ainda mais este ano

verão incidir os percentuais normais de impostos. O novo valor a ser cobrado deve diminuir a renúncia do governo e aumentar a arrecadação.

O deputado Estadual Marcelo Ramos (PSB) criticou a medida. "Revogar a isenção é uma irresponsabilidade e sobretudo demonstra que o incentivo concedido em 2010 foi desnecessário pois não afetaria a competitividade do setor", opinou o parlamentar.

Perigos

O presidente do Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), Wilson Périco, avalia que ainda é cedo para prever os impactos da mudança, mas teme que as empresas parem de comprar o produto da ZFM e voltem a importar.

Já Ailson Rezende assinala que a quebra de contrato configura pela mudança proposta pelo Projeto de Lei pode trazer

insegurança jurídica a futuros investidores. "Ou seja, a empresa decide se instalar no PIM em função dos incentivos e eles podem ser modificados a qualquer momento?" questionou.

Mesmo sem detalhar os termos, a Sefaz-AM informou que já entrou em acordo com a Eletros, entidade nacional que representa o setor, e aguarda a análise da Comissão Técnica Especial da ALE-AM e aprovação da medida.

Dados

'BOOM' DA PRODUÇÃO

FABRICANTES INSTALADAS:

Philips, LG, Samsung, Envision e CCE

GERAÇÃO DE EMPREGO:

Cerca de 6 mil postos de trabalho

CADA LINHA DE PRODUÇÃO PRODUZ:

500 mil telas e gera 400 empregos em média

INVESTIMENTO MÉDIO:

US\$ 15 milhões

EM 2011, FORAM PRODUZIDOS:

10,86 milhões de televisores de LCD contra os 8,03 milhões

O FATURAMENTO NO ANO PASSADO FOI DE:

US\$ 6,74 bilhões

Polêmica

Importadores querem 'guerra dos portos' para o país crescer

Para presidente da entidade que defende os importadores, as importações estimulam a boa concorrência

A chamada "guerra dos portos" beneficia a indústria nacional, ao contrário dos argumentos de 36 associações empresariais e cinco confederações de trabalhadores que, na terça-feira (28), foram a Brasília pressionar o Senado a aprovar a Resolução 72/2010, projeto que pretende acabar com a cobrança pelos Estados de ICMS diferenciado sobre produtos importados. "Medidas protecionistas prejudicam o trabalhador brasileiro", afirma o porta-voz dos importadores, Ivan Ramalho, ex-secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e presidente da Abece (Associação Brasileira de Comércio Exterior). Ramalho passou a tarde dessa quinta-feira no Senado para defender esse ponto de vista. O presidente da Abece, entidade que reúne 25 tradings, vai argumentar aos parlamentares que a importação não é a vilã da indústria, já que aumenta a competitividade da produção nacional ao agregar tecnologia e insumos mais baratos ao produto final brasileiro. Em defesa dessa tese, ele apresenta números: dois terços



Foto: Walter Mendes

Porta de entrada das importações, portos brasileiros passariam a contar com ICMS único para todos os Estados

das importações do país são compostos por equipamentos e insumos para a indústria. Na contramão dos argumentos da Abece, o grupo formado por entidades empresariais como Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), e centrais sindicais, como a CUT (Central

Única dos Trabalhadores) e a Força Sindical, se reuniram com o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), para pressionar os parlamentares a aprovar a Resolução 72, que uniformiza a alíquota do imposto sobre ICMS (Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) nas operações interestaduais com bens e merca-

dorias importadas. Segundo eles, benefícios concedidos por alguns Estados estimulam a entrada de mercadorias estrangeiras no Brasil. O grupo colocou em jornais hoje um anúncio em que defende seus argumentos. "A redução de ICMS na importação impediu o Brasil a criar 771 mil empregos desde 2010.

Follow-Up



EMPRESARIAL

A riqueza biológica da Amazônia

A cada dia, novas descobertas mostram o potencial do bioma da Amazônia para produzir inspirações que levem à fabricação de novos materiais. Cientistas americanos descobriram recentemente que as escamas do pirarucu é um ponto de partida para criar escudos protetores muito resistentes. Esses novos materiais são tão fortes que poderão ser usados não apenas na proteção pessoal e veicular, mas até mesmo para blindar espaçonaves contra choque de micrometeoritos e de lixo espaciais. Como o material é basicamente uma cerâmica flexível, ele poderá encontrar outras aplicações, dizem eles.

Essa 'bioinspiração' surgiu quando Marc Meyers, da Universidade da Califórnia, visitou a Amazônia e verificou que o pirarucu consegue viver em lagos repletos de piranhas sem ser incomodado. Atualmente os engenheiros estão procurando inspirações na natureza, uma vez que os materiais sintéticos e os compósitos conhecidos parecem ter atingido seus limites em termos de resistência. "Os materiais que a

natureza tem a sua disposição não são muito fortes, mas ela os combina de formas engenhosas para produzir componentes e estruturas muito fortes," disse o pesquisador.

A equipe de Meyers é especializada em biomimetismo, já tendo explorado os segredos de diversos materiais, de conchas de moluscos a bicos de tucanos. Agora vão estudar as escamas de outros peixes sul-americanos e as garras de crocodilos. Quanto à fabricação de novos materiais, os cientistas acham que os engenheiros, dispondo do conhecimento das estruturas de materiais naturais estudadas em seus artigos científicos, poderão criar materiais adequados a cada aplicação que tiverem em mente.

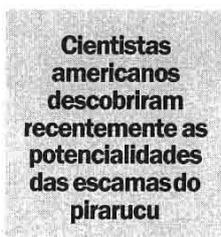
Diante desses fatos, pode-se especular sobre o quanto a economia da ZFM (e do país em geral) deixa de ganhar por não ter colocado em plena operação o CBA - Centro de Biotecnologia da Amazônia, e o quanto isto custa para o desenvolvimento regional. O CBA, cujos problemas se arastam há mais de dez anos, é um símbolo da ineficiência e da irresponsabilidade do setor público brasileiro.

Jejum protege o cérebro

Jejuar um ou dois dias por semana pode proteger o cérebro contra doenças degenerativas como Mal de Parkinson ou de Alzheimer. "Reduzir o consumo de calorias pode ajudar o cérebro, mas fazer isso simplesmente diminuindo o consumo de alimentos pode não ser a melhor maneira de ativar

jejum pode ser caracterizado como a ingestão diária de no máximo 500 calorias. Ele propõe que isso seja feito pelo menos duas vezes por semana. A proposta deu certo em ratos, que viveram duas vezes mais do que os animais que se alimentaram normalmente. Os cientistas sabem de longa data que a alimentação com poucas calorias pode aumentar a longevidade e também reduzir a produção de insulina, o que diminui o risco de contrair diabetes e de sofrer danos à função cerebral. Mas a proposta do Dr. Mattson é um pouco diferente, de certa forma trazendo alívio aos que acham que não suportariam uma dieta de baixas calorias de forma contínua.

Massachusetts Institute of Technology (MIT), o americano David Schmittlein tem a incumbência de preparar os novos líderes. Schmittlein tem um método para cumprir a missão. Oferece aos pós-graduandos de mais de 60 países que lá estudam uma intensa convivência com pesquisadores e empresários. "Tudo isso faz com que o embrião de uma futura grande empresa nasça aqui mesmo no campus", afirma. Ensina também que o líder deste século 'não dá ordens', mas, sim, 'convence'. "O líder agora precisa fazer com que as pessoas entendam o propósito de uma empresa ou de um projeto. E precisa envolvê-las nisso." E não menos importante, a escola de negócios do MIT prega que fracassar é parte do aprendizado dos que ousam. "Os líderes aprendem mais com os erros do que com os acertos e estão seguros de que, mesmo se falharem, serão valorizados no mercado", diz o reitor.



esta proteção," diz Mark Mattson, pesquisador do Instituto Nacional do Envelhecimento dos EUA. "É provavelmente melhor alternar períodos de jejum, em que você ingere praticamente nada, com períodos em que você come o quanto quiser," opina ele durante a apresentação de suas pesquisas no encontro anual da Associação Americana para o Avanço da Ciência. Segundo Mattson, o

O líder do Século 21

Na era do conhecimento, o perfil do líder precisa ajustar-se aos novos tempos, em que as mudanças se processam com velocidade cada vez maior. À frente da Sloan School of Management, do

Esta coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras e é elaborada sob a coordenação do economista Ronaldo Bomfim. cieam@cieam.com.br e rbomfim@hotmail.com

Meio século de conquistas, isso vale comemorações?

Neste mês de fevereiro, a Suframa completou 45 anos. Se houve comemoração interna, ela não transbordou até nós. Está muito distante do ano 1967, quando Humberto de Alencar Castelo Branco assinou o decreto 288 que criou os incentivos para a Amazônia. O modelo Zona Franca deu certo, seus frutos estão aí. Mas, ela deu tudo que poderia dar? Poderia render mais?

O discurso batido da renúncia fiscal não tem mais sentido, uma vez que o Polo Industrial de Manaus (o filho rico da Suframa) contribui em impostos muito, muito mais do que recebe em incentivos.

O que se questiona, - e o questionamento é feito por ninguém menos que o prefeito de Manaus, Amazonino Mendes - é o modelo concentrador de riqueza que isso gerou. Muitos aplaudem, porque assim o restante do Amazonas fica preservado. Mas é justo alijar o interior das riquezas geradas pelos incentivos fiscais?

Assim como no princípio, o interior continua contribuindo com algo em torno de 5% da arrecadação do Estado.

Há municípios em que a arrecadação é tão pequena que mal cobre o custo de manutenção da Secretaria da Fazenda naquele local. O modelo Zona Franca não mudou isso.

Nas eleições de 1989, as primeiras para presidente depois do golpe de 1964, houve uma plataforma ou promessa de campanha que pretendia abrir a Zona Franca fazendo valer a intenção do decreto que obrigava o investimento de 10% no interior do Estado.

Falou-se em acionar o Basa e o próprio Banco do Brasil transformando-os em agentes da Suframa com poder de decisão nos municípios distantes, desburocratizando o acesso aos benefícios. Vinte e três longos anos a mais se passaram e nada disso aconteceu. Aliás, a intenção inicial de gerar emprego e renda no interior continua mais morta que nunca.

Não se espera que o interior fabrique produtos de alta tecnologia. Porém, aqueles de vocação natural poderiam ser implantados como piscicultura e turismo, por exemplo.

O maior manancial de água doce do mundo poderia produzir alimentos para o mundo. Os locais atrativos poderiam ser transformados em produtos turísticos e gerar renda, segurando o povo do interior em seu local de origem.

Em termos de tecnologia, o Estado criou a UEA que sobrevive com um percentual da arrecadação das empresas do Pólo Industrial (PIM). Outras tentativas foram feitas, mas pouco resultado prático. Os produtos do PIM são elaborados com tecnologia vinda de fora, como era no princípio.

A Suframa, responsável por um PIB que ultrapassa o Uruguai, tem muito que comemorar. Porém, o Amazonas já tem em sua história a ascensão e queda da borracha que deveria servir de alerta nesse ciclo.



**Luiz
Lauschner**

Escritor
e empresário

“

Há municípios em que a arrecadação é tão pequena que mal cobre o custo de manutenção da Secretaria da Fazenda naquele local. O modelo Zona Franca não mudou isso”.

lauschneram@hotmail.com

NOKIA

Funcionários retomam as atividades na fábrica

LUANA GOMES

Especial EM TEMPO

Após ser notificada da decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região a respeito da reintegração dos 52 trabalhadores demitidos no final do ano passado, a Nokia restabeleceu os funcionários aos seus antigos cargos na manhã de ontem.

Como intermediário na ação civil pública, o Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas, por meio do secretário de Saúde, Ricardo Ferreira, acompanhou o oficial de Justiça para o cumprimento da decisão.

De acordo com o representante, os funcionários realizaram a ficha de cadastro e devem ser submetidos a exames para a readmissão nos dias 12 e 13. Ferreira apontou que, no dia 14, os mesmos vão passar por um treinamento para retornar as atividades, efetivamente, a partir do dia 17.

Como a reintegração se deu no dia 1º, o secretário destacou que, assim como todos os outros funcionários da multinacional instalada no Polo Industrial de Manaus (PIM), no dia 15 eles já devem receber 40% do salário.

Por meio de nota, a Nokia informou que respeitou e acatou a decisão judicial, "mas entende que agiu em total cumprimento à legislação, convenção coletiva de trabalho, firmada junto ao sindicato, e aos princípios éticos que regem a

empresa em qualquer lugar do mundo em que atua". Dessa forma, conforme a informação, a Nokia deve tomar medidas judiciais cabíveis no caso.

A empresa destacou que os desligamentos representaram aproximadamente 3% do total de colaboradores da fábrica em Manaus durante o penúltimo mês do ano e foram necessárias para "ajustar o processo fabril à realidade de demanda observada no último trimestre de 2011".

CRONOGRAMA

Nos próximos dias 12 e 13, funcionários serão submetidos a exames para readmissão. Posteriormente, eles passarão por treinamento. Retorno efetivo ao trabalho será dia 17

Decisão

No último dia 27, o juiz federal substituto da 3ª Vara do Trabalho de Manaus, Jander Roosevelt Romano Tavares, expediu o mandado de reintegração, obrigando que a Nokia readmitisse 52 empregados, com todos os salários e vantagens do período de afastamento.

Conforme o documento, caso a fábrica finlandesa não cumprisse o mandado teria uma pena de multa diária de R\$ 1 mil por trabalhador prejudicado.

Indústria de LCD de deverá pagar imposto ao Estado

RICHARD RODRIGUES

Equipe EM TEMPO

Com a possibilidade de alteração na lei de incentivos fiscais (3.494/2010), que beneficia as fabricantes de telas de cristal líquido (LCD) do Polo Industrial de Manaus (PIM), cinco empresas que produzem o componente em território local passarão contribuir para os cofres públicos com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o que não ocorria desde o "start" da industrialização do item, em 2010, no parque fabril local, segundo a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz).

Segundo informações do órgão, a mudança já foi encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (Aleam) para votação dos deputados estaduais, o que deve ocorrer ainda neste mês. Caso obtenha parecer favorável dos parlamentares, a adequação da lei destinada para fabricantes de LCD, que fará as empresas desembolsarem com o imposto, ocorrerá por meio de decreto.

De início, em 2010, a Philips foi a primeira a receber o in-

centivo de 100% de isenção no ICMS, seguida pela Samsung, LG, CCE e Envision, que responderam por quase seis postos de trabalho em Manaus.

Diante da anistia, o governo do Amazonas deixou de arrecadar R\$ 83 milhões no ano passado. Sobre o percentual que deverá ser pago pelas fabricantes, a Secretaria da Fazenda informou que o resultado foi acordado com Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros) durante reuniões que ocorreram entre o final de 2011 e janeiro deste ano.

Embora não tenha sido divulgado pela Sefaz, os percentuais a ser pago pelas fabricantes de tela LCD foram estabelecidos de acordo com o nível de produção de cada empresa, o que não comprometerá a quantidade de empregos gerada nas empresas do setor.

Medida para reajustar política de incentivos

O Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam) confirmou as negociações entre a administração estadual e a Eletros e informou que a

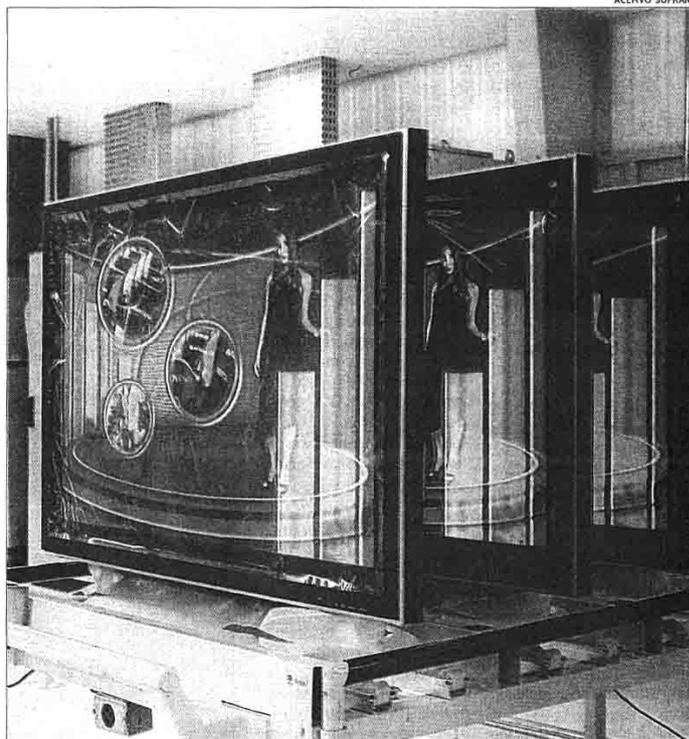
medida é uma forma do governo reajustar a política de incentivos, já que o volume de arrecadação de tributos não acompanhou o crescimento da produção de TVs.

"Agora, caberá às empresas decidir se valerá ou não produzir no PIM", observou o presidente do Cieam, Wilson Périco, ao pontuar que, de início, a lei viabilizou a implantação de fabricantes de telas em Manaus.

Produção

Segundo dados da Sefaz, no ano passado, foram fabricados no PIM 12,4 milhões de televisores. Do total de TVs industrializadas no parque industrial local, 2,4 milhões eram de cinescópio e 10 milhões eram de tela fina, o que demandou a aquisição de componentes tanto do mercado nacional quanto do internacional.

Ainda de acordo com a secretaria, da quantidade de telas de LCD utilizadas na produção, oito milhões dos insumos foram importados de outros países e pagaram 17% de ICMS, enquanto dois milhões do insumo foram adquiridos nas empresas locais.



De início, em 2010, a Philips foi a primeira a receber o incentivo de 100% de isenção no ICMS

Empresários sondam polo local para novos negócios

ANWAR ASSI

Equipe EM TEMPO

Atraídas pelos incentivos fiscais e pelos créditos disponíveis para a região, empresas do Sul e Sudeste do país enviaram, ontem, representantes para conhecer o parque fabril local e sondar terreno para se instalarem na Zona Franca de Manaus (ZFM). Enquanto algumas estudam a possibilidade de abrir uma unidade no polo industrial, outras estão de "malas prontas" para fixar bases na capital amazonense.

A Posonic do Brasil é uma das empresas que já bateu o "martelo". A empresa investirá R\$ 300 mil para mudar a sede da matriz para a capital amazonense. Atualmente, a base da empresa está em Curitiba, no Paraná, que deverá ser mantida, mas como filial.

De acordo com o controlador da empresa, André Luiz Rosa, até maio deste ano a Posonic deverá começar a produção de equipamento de segurança eletrônica no Polo Industrial de Manaus (PIM). A atividade vai gerar 30 novos empregos. "A Zona Franca oferece toda uma estrutura de benefícios fiscais que achamos necessária para aumentar nossa competitividade e consolidar nosso projeto de crescimento dentro do segmento", afirmou.

A paulista Forusi já decidiu que vai se instalar no PIM. Porém, a empresa, que fabrica uma gama grande de produtos que vai desde metais sanitários, conexões, duchas elétricas, mangueiras e até fios e cabos, não

definiu qual de suas divisões de produção vai trazer para a região. O responsável pela área de projetos e finanças da Forusi, Marcos Antônio Andrade, disse que a empresa quer "fugir" da tributação pesada que é cobrada no Estado de São Paulo. "Estamos de olho na facilidade fiscal e nos financiamentos para a região do Banco da Amazônia", salientou.

A visita dos representantes de empresas do Sul e Sudeste do país é a sétima que a Full Time Consult organiza para o Amazonas, desde 2009. Segundo o diretor de

FÁBRICAS

Empresas como a Posonic e Forusi já bateram o "martelo" e decidiram que vão se instalar no Polo Industrial de Manaus, pela estrutura de benefícios fiscais do modelo zona franca

negócios, Flodoaldo Matos, pelo menos 42 empresas que participaram das comitativas organizadas pela consultoria já se instalaram no PIM, nos últimos três anos, sendo cinco em 2011. Entre elas, está a Saveri Usinagem da Amazônia, empresa que fornece componentes para a gigante do polo de duas rodas, Moto Honda.

De acordo com o consultor, a projeção da empresa de consultoria é de que mais 30 fábricas se instalem no PIM, em 2012. Segundo ele, a maior parte será no setor de eletroeletrônico.

Editorial

Incentivo ao setor naval

O incentivo ao desenvolvimento do polo naval é um importante e estratégico caminho para diversificar a economia local obedecendo a vocação regional de uma atividade que gera emprego e renda no Estado.

No bojo das mensagens enviadas esta semana pelo Executivo para a Assembleia Legislativa, o Projeto de Lei 24, propõe alteração dos

dispositivos da Lei 2.826, de 2003, a chamada Lei de Incentivos Fiscais. Emenda do Legislativo deverá contribuir para a expansão da atividade da indústria do setor.

A proposta a ser apreciada inicialmente pelas comissões técnicas da Casa prevê a isenção total da cobrança do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (IMCS) incidentes na fabricação de balsas. Atualmente, há a tributação da alíquota de 17%. De acordo com a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), hoje há o incentivo para as embarcações, mas por uma questão de nomenclatura, as balsas eram excluídas da política de incentivos fiscais.

No Amazonas não há curso Superior na área naval, ao contrário do Pará, que tem exportado esses profissionais.

Banhado pela maior bacia hidrográfica do planeta, onde há mais de 20 mil cursos de rios navegáveis, o Amazonas tem nos rios a ligação com os centros de abastecimento e de transporte de massa.

As balsas, nesse caso, são estratégicas, desde as configuradas para transportar combustível para os altos rios até as utilizadas de comboio para os

A qualificação deste trabalhador deve receber especial atenção, como a dos demais segmentos produtivos do PIM.

sistema rodofluvial que levam os caminhões-contêineres.

Atrelado ao desenvolvimento da indústria há criação de empregos, como tem mostrado este jornal, em matérias que apontam a necessidade de qualificação e os altos salários pagos aos especialistas da área, como os engenheiros e técnicos navais. Os primeiros chegam a ganhar até R\$ 60 mil e muitos

trabalham de forma independente elaborando projetos para diversas empresas.

No Amazonas não há um curso Superior na área naval, ao contrário do vizinho Estado do Pará, que tem exportado esses profissionais em busca de melhor colocação no mercado. Vale destacar a preocupação manifestada pelo presidente do Sindicato da Indústria da Construção Naval (Sindnaval), Matheus Araújo, sobre a iniciativa de debater a qualificação deste trabalhador, que deve receber especial atenção de toda a sociedade, com o mesmo grau de importância em relação aos demais segmentos produtivos do Polo Industrial de Manaus (PIM).

Perda de R\$ 83 mi em ICMS leva governo a rever incentivo ao LCD

▼ Parte das TVs fabricadas em 2011 era isenta do tributo

TEXTO Henrique Saunier
FOTO Raimundo Valentim/30/05/07

MANAUS

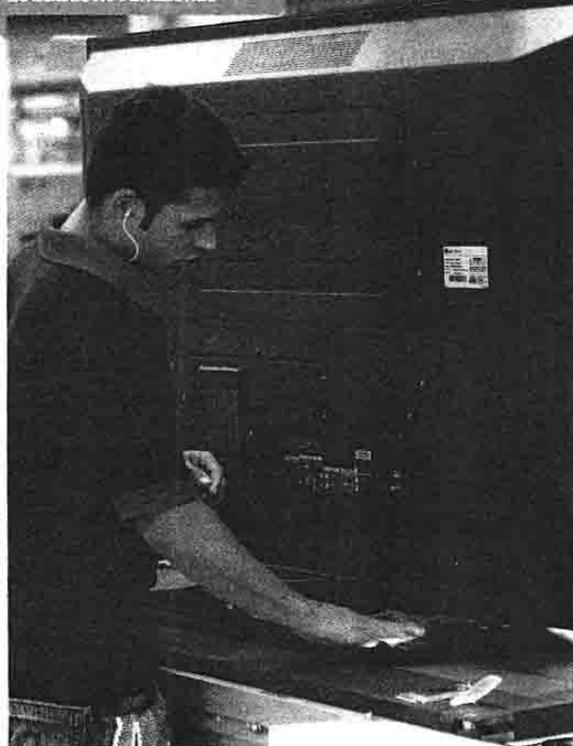
Após o Amazonas ter deixado de receber R\$ 83 milhões em Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) das fabricantes de TVs de LCD em 2011, o governo do Estado quer impedir que isso se repita, com a revogação da Lei 3.494/2010, que dá incentivos a essas empresas.

Promulgada em 2010 para atrair investimentos das gigantes desse setor, agora ela deve ser revogada se aprovados três Projetos de Lei, de números 23 e 24, na pauta da Assembleia Legislativa da próxima quarta-feira, segundo o relator da pauta, o deputado estadual Adjuto Afonso.

De acordo com a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz-AM), o governo concedia os incentivos, mas diante da estimativa de aumento na produção desses itens, a renúncia do Amazonas deverá ser 'muito maior em 2012' do que o registrado no ano passado.

Em 2011, foram fabricadas duas milhões de TVs com telas produzidas dentro da Zona Franca Manaus, contra oito milhões com telas importadas. Os aparelhos com dispositivos de cristal líquido locais pagaram 0% de ICMS, mas com a crescente produção em 2012, o governo não quer abrir mão do imposto. Para isso, a Sefaz-AM pretende chegar a um 'meio-termo' com a Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros) quanto ao percentual que será cobrado.

POLO NAVAL
Governo quer alíquota zero do ICMS para os fabricantes de balsas no Amazonas



Lei promulgada há dois anos tinha como objetivo atrair investimentos das gigantes do setor Eletroeletrônico para o PIM

OS NÚMEROS

20%

▼ **de adicional de crédito estímulo** é quanto as empresas fabricantes de TVs de LCD recebem de benefício do governo do Estado. Este é um dos incentivos que poderão ser revogados.

Polo Naval

Dentro do Projeto de Lei nº 24, uma emenda do deputado Adjuto Afonso deve ser anexada para fomentar o Polo Naval do Amazonas.

O texto prevê a isenção total de IMCS para os fabricantes de balsas, que hoje precisam pagar 17%. Segundo a Sefaz, atualmente existe o incentivo às "embarcações", mas por uma questão de nomenclatura, as balsas eram excluídas.

RETRAÇÃO

‘Duas Rodas’ vendeu 1.407 unidades no mês

As vendas de motocicletas no Amazonas caíram 17,04% em fevereiro deste ano em relação ao mesmo mês do ano passado. Foram comercializadas 1.407 unidades no segundo mês de 2012 contra 1.696 motos em fevereiro de 2011. O número é 22% inferior ao total de unidades vendidas em janeiro deste ano, segundo dados da Fenabreve.

A quantidade de motos vendidas de janeiro a fevereiro de 2012 foi 10,96% inferior ao volume registrado no mesmo intervalo do ano passado. Foram 3.224 unidades comercializadas em 2012 contra

3.621 motos no ano passado. Os três modelos mais comercializados foram os mesmos de 2011, mas o volume de vendas dessas motos foi inferior nesse ano. No total, 269 unidades da Honda CG 125 foram vendidas em fevereiro de 2012, no mesmo mês do ano passado, 293 unidades do modelo foram emplacadas. A retração na venda da Honda CG 150 foi de 27%. Já a comercialização da Honda Biz passou de 176 para 148 unidades, na comparação dos dois meses. A rigorosa restrição ao crédito, motivada pelo alto índice de inadimplência, é a explicação para a

redução das vendas de motocicletas. É o que afirma o gerente da Dafra Motos, Eduardo Guedes. “Tem fluxo, mas não se consegue aprovar. Os bancos ficaram mais criteriosos, agora pedem entrada mínima de 20% e diminuíram o número de parcelas de 48 para 36”, disse. Com o ‘aperto’ dos bancos, a média de motos comercializadas na concessionária passou de 90 para 35 unidades. “O financiamento reduziu em torno de 70%, em compensação a quantidade de vendas a vista cresceu aproximadamente 50%”.

RÁPIDAS

Mercado de trabalho cresceu, mas indústria preocupa

O mercado de trabalho em 2011 teve um desempenho bom, atingindo no mês de dezembro o menor índice de desemprego desde o início da série histórica da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): 4,7%. Apesar disso, a queda do emprego industrial no segundo semestre do ano passado é um fator preocupante para o mercado de trabalho em 2012. A análise é do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).